

## O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO CLIMÁTICA

### THE FUNDAMENTAL RIGHT TO CLIMATE PROTECTION

Sabrina Lehnen Stoll<sup>1</sup>  
Orientadora Prof. Dra. Kátia Ragnini Scherer

**RESUMO:** O estudo consiste na observação e análise de uma comunicação dos sistemas do Direito, da Política e da Ciência, com o objetivo de torná-los mais eficazes para o cumprimento da meta de estabilização das mudanças climáticas. A problemática enfrentada é verificar sob quais condições é possível a constitucionalização da proteção climática para construção de políticas públicas climáticas na atual complexidade trazida pelo Antropoceno. O contexto hodierno é o da sociedade de risco, e as mudanças climáticas são uma das externalidades neste cenário, que trazem consequências como o aumento dos volumes de chuvas, da intensificação e da severidade dos eventos catastróficos em nível global. Uma das atuais propostas de governança para a mitigação dos riscos é a sugestão de assimilação do sistema do direito, com a inserção do clima como um direito fundamental constitucional. Portanto vinculado à linha de pesquisa 'Jurisdição constitucional e direitos fundamentais'. A pesquisa tem por objetivo analisar reflexivamente as teorias sobre o risco e emergência climática, bem como explorar a possibilidade de sua operacionalização no sistema do direito, visando à construção de políticas públicas climáticas mais eficazes no que toca à mitigação, adaptação, prevenção e precaução da intensificação dos riscos. O método sistêmico-funcional orienta o desenvolvimento argumentativo da pesquisa. No primeiro e no segundo capítulos, pretende-se analisar as questões sobre o cenário do risco climático, bem como a assimilação de políticas internacionais – como o Acordo de Paris – pelo direito brasileiro. Ao final, vislumbra-se como uma possibilidade de comunicação e reestruturação, no sistema do Direito, a constitucionalização do direito ao clima como direito fundamental, para que se alcance ao menos o mínimo existencial climático, por meio do cumprimento das metas de proteção e estabilização climática, bem como assegurar medidas de adaptação climática, auxiliando de forma efetiva na manutenção das presentes e futuras gerações, haja vista que os danos climáticos se tornaram irreversíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Fundamental; Proteção Climática.

**ABSTRACT:** The study consists of the observation and analysis of an autopoietic communication of the systems of Law, Politics and Science, with the aim of making them more effective in achieving the goal of stabilizing climate change. The problem faced is to verify under which conditions it is possible to constitutionalize climate protection for the construction of public climate policies in the current complexity brought by the Anthropocene. Today's context is a risk society and climate change is one of the externalities in this scenario, which have consequences such as increased rainfall, intensification and severity of catastrophic events at a global level. One of the current governance proposals for risk mitigation is the suggestion of assimilating the system of law with the inclusion of climate as a fundamental constitutional right. Therefore linked to the

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da FURB.

research line 'Constitutional jurisdiction and fundamental rights'. The research aims to reflexively analyze theories about climate risk and emergency with the possibility of operationalization in the system of law for the construction of more effective public climate policies in terms of mitigation, adaptation, prevention and precaution of the intensification of risks. The functional systemic method guides the argumentative development of the research. In the first and second chapters, we intend to analyze the questions about the climate risk scenario, as well as the assimilation of international policies - like as the Paris Agreement - by Brazilian law, and, in the end, it is envisaged as a possibility of communication and restructuring in the legal system the constitutionalization of the right to climate as a fundamental right to achieve at least the existential climate minimum, seeking to meet the goals of climate protection and stabilization, as well as ensuring climate adaptation measures, effectively helping to maintain the present and future generations, given that climate damage has become irreversible.

**KEYWORDS:** Fundamental Right; Climate Protection.

Editor:  
Dr. Leonardo da Rocha de Souza

Editoras executivas:  
Clarice Aparecida Sopelsa Peter  
Layra Linda Rego Pena  
Cássia Katarine Sant'Anna da Silva  
Stéphanie Luíse Pagel Scharf Mette